



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC

Projeto Pedagógico do Curso de Especialização e Aperfeiçoamento em Educação Especial e Inclusiva

Coordenação
Professora Dra Priscila Benitez
CMCC – UFABC

Santo André – SP

2018



I. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Universidade Federal do ABC, Centro de Matemática, Computação e Cognição - CMCC

II. DENOMINAÇÃO DO CURSO

Curso de Especialização (lato sensu) e Aperfeiçoamento em Educação Especial e Inclusiva

III. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

O presente Projeto Pedagógico do Curso de Especialização e Aprimoramento em Educação Especial e Inclusiva fundamenta-se na Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2016) e na Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), que estabelecem a Educação Especial como uma modalidade de ensino transversal, que perpassa desde a Educação Infantil, até o Ensino Fundamental, Médio e Superior e atribuem ao poder público a incumbência de criar, desenvolver, implementar, acompanhar e avaliar programas de formação inicial e continuada de professores, por meio de práticas pedagógicas inclusivas (BRASIL, 2016).

A proposta de curso de formação visa atender as demandas do processo de implementação da LBI (BRASIL, 2016) e da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), que exigem a reestruturação das práticas pedagógicas da educação especial e comum. Esta reestruturação rompe com a abordagem clínica, assistencialista e garante a matrícula dos estudantes público-alvo da educação especial (pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação) em salas de aula comuns, em todos os níveis de ensino.

A perspectiva da educação inclusiva é compreendida, de acordo com a Política citada, enquanto ‘ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os estudantes de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação’ (BRASIL, 2008, p. 1), sendo fundamentada na Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994, p. 3). Essa concepção engloba um público-alvo mais abrangente, envolvendo “todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras”, dentro de uma compreensão que busca incorporar o acesso de minorias sociais. A Declaração (UNESCO, 1994, p. 3) enfatiza ainda que os sistemas regulares de ensino “deveriam incluir crianças deficientes e super-dotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças

pertencentes a minorias lingüísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados”.

Para a devida implantação do sistema educacional inclusivo é necessário, portanto, garantir formação inicial e continuada de professores que atuam na educação brasileira, desde a educação infantil até o ensino superior, de modo a garantir o aspecto transversal que envolve a educação especial, além de cumprir a meta nº 4 do Plano Nacional de Educação – PNE (BRASIL, 2014 – Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o PNE e dá outras providências) que visa “universalizar, para a população de quatro a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados”.

A estratégia 4.16 da meta 4 do PNE (BRASIL, 2014) destaca, ainda, a urgência de garantir a inclusão, nos “cursos de licenciatura e nos demais cursos de formação para profissionais da educação, inclusive em nível de pós-graduação, observado o disposto no caput do art. 207 da Constituição Federal, dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (BRASIL, 2014).

As propostas para o desenvolvimento das práticas pedagógicas no presente Curso refletem, portanto, o conjunto de reformulações conceituais e estruturais para efetivar o direito de todos à educação. No tocante à demanda de estudantes público-alvo da educação especial, de acordo com os dados do Censo Escolar de 1998 e 2014, nota-se um aumento expressivo no número de matrículas em salas de aulas regulares. No ano de 1998, em torno de 200 mil estudantes público-alvo da educação especial estavam matriculados na educação básica, todavia, apenas 13% estavam em classes comuns. No ano de 2014, foram identificadas 900 mil matrículas desses estudantes, sendo que 79% estavam em salas de aulas comuns, o que representa um aumento significativo de matrículas nas salas de aulas regulares. Tais dados justificam a proposição de cursos de formação continuada para todos os professores e profissionais envolvidos com a educação, no sentido de garantir a proposição de um ensino inclusivo para todos os estudantes.

Nesse escopo, o curso visa cumprir os achados legais descritos acima, além de proporcionar aos professores diferentes possibilidades de conhecimentos acerca de recursos,



serviços e estratégias de acessibilidade, bem como elaborar e desenvolver planos de Atendimento Educacional Especializado (AEE) que visam eliminar as barreiras no processo de escolarização, especialmente, aquelas presentes na sala de aula comum. O curso de Especialização e Aprimoramento em Educação Especial e Inclusiva, a partir da proposição dos componentes curriculares, favorecerá a construção de conhecimentos científicos nessa área de investigação, por meio de mecanismos que criem condições para a reflexão da prática pedagógica de cada cursista. Desta forma, o curso tem como objetivo promover um aprendizado que envolve a busca e a construção do conhecimento, a autonomia, a iniciativa, a criatividade, a cooperação, para que os professores atuem como agentes de transformação do cotidiano escolar.

O Curso articula-se ao Grupo de Pesquisa em Educação Especial e Inclusiva (GPEEI) do CNPQ, certificado pela PROPES-UFABC, sob liderança da Professora Dra. Priscila Benitez, e está respaldado nas atividades extensionistas realizadas pelo GPEEI, como o I Encontro sobre Educação Especial e Inclusiva da UFABC, realizado em 2017, que contou com 440 inscrições da comunidade interna e externa, e o Curso de Extensão “Capacitação de profissionais para implementação das estratégias da Análise do Comportamento Aplicada (ABA) com estudantes com TEA”, que vem ocorrendo em 2018 e conta com 402 inscritos, dentre os quais apenas 120 foram contemplados, devido à estrutura e restrição de espaço físico para os encontros presenciais. Ademais, o GPEEI apresenta uma parceria formal com a Gerência em Educação Inclusiva da Prefeitura Municipal de Santo André, bem como com a Escola Estadual Inah de Mello, responsáveis por identificarem suas demandas e proporem trabalhos conjuntos à Universidade, de modo a desenvolver um trabalho pautado no tripé entre extensão, pesquisa e ensino. É importante ressaltar que o Curso proposto também apresenta uma parceria junto à coordenação do Curso de Especialização e Aprimoramento em Direitos Humanos da UFABC.

Espera-se que a implementação do Curso possa atender a demanda de formação latente no ABC, em relação à Educação Especial e Inclusiva, tal qual formar uma rede de multiplicadores que empreguem de maneira correta e coerente os conceitos previstos na Educação Inclusiva, no âmbito da Educação Especial, por meio de práticas pedagógicas, elaboração de materiais didáticos e atitudes sociais favoráveis ao processo inclusivo, com o propósito de disseminar práticas sociais plurais, que valorizem e respeitem a diversidade, de modo a garantir a inclusão escolar de todos os estudantes, em uma perspectiva transversal.



IV. PROFESSORES PROPONENTES

O Curso de Especialização e Aperfeiçoamento em Educação Especial e Inclusiva foi fruto de uma construção coletiva de diversos profissionais envolvidos com o estudo e a prática da Educação Inclusiva. Participaram da elaboração da proposta e integram o curso na condição docentes: professores, doutorandos e pós doutorandos vinculados aos três centros da UFABC, técnicos administrativos da Universidade vinculados ao Núcleo de Acessibilidade da Pró-reitora de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas (PROAP), além de uma técnica administrativa e uma professora da UFSCAR, conforme listado a seguir:

4.1 Professores da UFABC alocados no CMCC

- Professora Dra. Priscila Benitez – E-mail: priscila.benitez@ufabc.edu.br
- Professora Dra Vivilí Maria Silva Gomes – E-mail: vivili.gomes@ufabc.edu.br
- Professora Dra Ruth Ferreira Santos- Galduróz – E-mail: ruth.galduroz@ufabc.edu.br
- Professor Dr. Ailton Paulo de Oliveira Junior – E-mail: ilton.junior@ufabc.edu.br
- Professor Dr. Marcelo S. Caetano – E-mail: marceloscaetano@gmail.com
- Professor Dr. André Luiz Brandão – E-mail: andre.brandao@ufabc.edu.br
- Professora Dra. Katerina Lukasova – E-mail: katerina.lukasova@ufabc.edu.br
- Professor Dr. Evonir Albrecht – E-mail: evoniralbrecht@yahoo.com.br
- Professor Dr. Edson Pinheiro Pimentel – E-mail: edson.pimentel@ufabc.edu.br
- Professora Dra. Elisabete Marcon Mello – E-mail: marcon.elisabete@gmail.com

4.2 Professores da UFABC alocados no CCNH

- Professora Dra Adriana Pugliese Netto Lamas – E-mail: adriana.pugliese@gmail.com
- Professor Dr Rafael Mori – E-mail: rafael.mori@ufabc.edu.br
- Professora Dra Kate Oliveira Kumada – E-mail: kate.kumada@ufabc.edu.br
- Professora Dra Claudia Regina Vieira – E-mail: claudia.vieira@ufabc.edu.br

4.3 Professores da UFABC alocados no CECS

- Professora Dra Luciana Pereira – E-mail: luciana.pereira@ufabc.edu.br
- Professora Dra Andrea Paula dos Santos Oliveira Kamensky – E-mail: andrea.santos@ufabc.edu.br
- Professora Dra Ana Maria Dietrich – E-mail: ana.dietrich@ufabc.edu.br

4.4 Pós-doutorandos da UFABC alocados no CMCC

- Professor Pós-doutorando Carlos Eduardo Rocha dos Santos – E-mail: carlos.santos@ufabc.edu.br
- Professor Pós-doutorando Amarildo Aparecido dos Santos – E-mail: amarosja@terra.com.br

4.5 Pós-doutoranda da UFABC alocada no CECS

- Professora Pós-doutoranda Mara Pasian – E-mail: marasilvia123@yahoo.com.br

4.6 Doutoranda da UFABC alocada no CECS

- Professora Mestre Lucinda Leria – E-mail: lucinda.leria@uol.com.br

4.7 Técnicos-administrativos da UFABC alocados no Núcleo de Acessibilidade - PROAP

- Professora Doutoranda Hadassa Rodrigues Santos – E-mail: hadassa.santos@ufabc.edu.br
- Professor Mestre Rogério Timóteo Tiné – E-mail: rogerio.timoteo@ufabc.edu.br

4.8 Professora da UFSCar alocada no Departamento de Psicologia

- Professora Dra Camila Domeniconi – E-mail: domeniconicamila@gmail.com

4.9 Técnica-administrativa da UFSCar alocada na Licenciatura em Educação Especial

- Professora Dra Vanessa Paulino – E-mail: vanessakju@gmail.com

A alocação dos docentes nos vários módulos será feita de acordo com sua disponibilidade, interesse e identificação com os temas das disciplinas. No caso dos docentes do curso integrantes do quadro permanente de professores da UFABC, a carga didática correspondentes às disciplinas poderá como créditos de pós-graduação até o limite de 25%. Dado o envolvimento de pelo menos 16 docentes da UFABC, que poderão compor suas cargas didáticas com esses créditos (além dos demais docentes internos e externos), acredita-se que a especialização conseguirá alocar professores para todas as disciplinas, cobrindo a carga horária total de 410 horas, que serão diluídas ao longo de 18 meses (de 4 a 5 quadrimestres). É importante destacar que além desse núcleo inicial que se envolveu na



elaboração da proposta da especialização, outros docentes da UFABC poderão se credenciar como professores do curso.

V. OBJETIVOS

5.1 Geral

A proposta pedagógica da especialização tem como objetivo implantar e ofertar um curso de Educação Especial e Inclusiva que forneça subsídios teóricos e práticos para instrumentalizar os profissionais que atuam na área da Educação em geral com conhecimentos básicos em Educação Especial e Inclusiva para articular o processo inclusivo dos alunos. De maneira geral, ao final do curso, espera-se que o concludente seja capaz de delinear estratégias inclusivas no contexto social em que está inserido, sobretudo no sistema educacional.

5.2 Específicos

Ao final dos módulos de ensino espera-se que o cursista seja capaz de:

- Ter consciência sobre as questões históricas, legais e sobre as políticas afirmativas relacionadas à educação especial e inclusiva.
- Identificar e caracterizar as especificidades do público-alvo da educação especial e inclusiva, em termos biopsicossociais e linguísticos.
- Refletir sobre estratégias, práticas docentes e atividades educativas na perspectiva da educação especial e inclusiva.
- Realizar atividades de cooperação entre os professores, enquanto prática fundamental na atuação docente, visando à elaboração e aplicação de projetos inclusivos na sala de aula regular.
- Possibilitar a interlocução entre as situações vivenciadas no cotidiano escolar e os saberes da educação especial e inclusiva.
- Elaborar, aplicar e avaliar projetos inclusivos na sala de aula comum, em uma perspectiva transversal de ensino.

VI. PERFIL DO EGRESO

O egresso do curso deverá sair com formação que favoreça o desenvolvimento da pesquisa científica educacional e contribua com a modificação da sua prática pedagógica em sala de aula. Como consequência desta capacitação, espera-se ainda que o egresso tenha



acumulado saber científico e desenvolvido práticas de docência na perspectiva da educação inclusiva. Serão dois os eixos de formação do egresso:

a. Eixo da construção do conhecimento: utiliza-se da programação teórica e teórico-prático das disciplinas oferecidas pelo Curso para oferecer domínio do método científico, dos referenciais éticos que regem sua atuação profissional e do conhecimento científico sobre educação especial e inclusiva. Os componentes curriculares serão implementados, em sua grande maioria, sob a forma de aulas presenciais ou semipresenciais, práticas pedagógicas e revisão bibliográfica atualizada, buscando-se, como moderadores, professores com notável saber e experiência nos temas abordados. Durante o programa, os alunos serão estimulados à participação em atividades de divulgação científica, como comunicações em congressos da especialidade, ou publicações de artigos científicos, entre outros. Estas atividades serão supervisionadas e parcialmente conduzidas pela coordenação do Curso, em parceria com outras instituições de ensino, como estratégia fundamental de preparo para as futuras publicações.

b. Eixo do preparo para a docência: será realizada por meio de um conjunto de atividades desenvolvidas junto aos componentes curriculares do Curso, assim como nas atividades dos programas de formação e qualificação de recursos humanos programados pela UFABC. Estas atividades serão elaboradas pela Coordenação e supervisionadas pelo docente titular ou pela equipe responsável do Curso. Essas ações deverão despertar no cursista o interesse pela pesquisa como instrumento de compreensão dos problemas relacionados à sala de aula heterogênea e assegurar o domínio do método científico como ferramenta da pesquisa de modo a capacitá-los para a docência, em uma sala de aula regular inclusiva.

VII. ÁREA DE ATUAÇÃO E PÚBLICO-ALVO

O público-alvo destina-se aos professores de educação básica e superior, assim como outros profissionais que trabalham diretamente com a Educação Especial e Inclusiva e públicos afins. A justificativa para envolver um público diversificado no presente curso, se refere ao fato da Educação Especial ser compreendida enquanto modalidade de ensino transversal, que perpassa todas as etapas educacionais (BRASIL, 2008).

VIII. RECURSOS E DEFINIÇÕES DE FUNÇÕES

A proposta pedagógica foi idealizada de maneira híbrida, de modo a atender um curso presencial ou semipresencial. Nesse escopo, conta-se com a participação do professor pesquisador, do professor tutor e do coordenador de curso. Os locais de realização, número de professores e de tutores, bem como o número de vagas, o formato do processo seletivo, a definição da comissão julgadora e os critérios de matrícula e desligamento, o modelo de tutoria, o questionário de avaliação ao final do curso, infraestrutura para trabalho dos tutores serão definidos em cada oferta por meio de editais específicos. No caso de oferta semipresencial, o edital específico descreverá o modelo de tutoria e os pólos com o respectivo número de vagas, em cada um deles.

8.1 Professor pesquisador

Professor que atuará nas atividades de: elaboração do material didático; desenvolvimento de pesquisas que envolvam a temática do curso; avaliação e produção do relatório final; acompanhamento, orientação e avaliação da formação, ministrando as disciplinas ou módulos.

8.2 Professor tutor

Professor que atuará como tutor acadêmico, mediando o processo pedagógico junto aos professores pesquisadores, via meios tecnológicos de comunicação.

8.3 Coordenador de curso

Professor pertencente à instituição de educação superior proponente que atuará na coordenação acadêmica do Curso.

IX. METODOLOGIA

O Curso de Especialização e Aprimoramento em Educação Especial e Inclusiva terá uma carga horária de 410 horas/aula, distribuídos em três eixos principais (teoria, módulos específicos e práticas pedagógicas) e será realizado de forma híbrida (presencial ou semipresencial), sendo 370 horas nos eixos e 40 dedicadas à elaboração do TCC. Os encontros presenciais serão acordados no cronograma de oferta do curso. É importante destacar que o curso será ofertado mediante edital específico para cada edição, a qual definirá

também o formato da oferta (presencial ou semipresencial). Cada edição deverá ter a sua oferta aprovada em um Conselho de Centro da UFABC.

9.1 Estratégias pedagógicas

Discussão em grupo; debates (grupos com perguntas e respostas); aulas expositivas dialogadas; estudo e discussão dos textos científicos; produção de síntese, seminários e roteiros de estudo; desenvolvimento de práticas pedagógicas; atividades virtuais.

O referido curso adotará a metodologia centrada na Discussão de Problemas, levando em consideração o ensino como uma ação humana que possibilita o estabelecimento de relações de liberdade dos participantes no sentido de discutir suas próprias posições, estar aberto à crítica e à mudança e reconhecer o espaço pedagógico efetivamente como um espaço formador de cidadania e democracia. O papel do docente será de participante e sujeito atuante da sua história, cuja ação pedagógica leva em consideração os aspectos sócio-históricos, econômicos, biológicos e culturais.

Com a utilização de um modelo centrado na análise da própria prática pedagógica, o discente será capaz de diagnosticar e intervir nos problemas identificados com fundamentação e, assim, desenvolver competências para a sua atuação em situações singulares. Nessa perspectiva de especialização e aprimoramento, espera-se desenvolver um sentimento de busca constante para que exista um ambiente de aprendizagem significativa e que haja condições reais para o ensino e a aprendizagem. Diante do exposto, a ação metodológica terá um caráter investigativo e sistemático, por meio do qual a formação ocorrerá com uma ação dialógica que possibilitará ao discente ser mediador do conhecimento adquirido.

Nas aulas, os discentes utilizarão diferentes recursos para fortalecer o processo de ensino e aprendizagem, bem como materiais didáticos apostilados elaborados pelos docentes para um melhor embasamento teórico. O Curso de Especialização e Aprimoramento em Educação Especial e Inclusiva será oferecido utilizando recursos tecnológicos para favorecer o processo ensino-aprendizagem, mediante: a. Projeções de slides e filmes com recursos de multimídia; b. Produção de materiais didáticos inclusivos, disponibilizados por via eletrônica e impressos; c. Laboratório de Práticas.

9.2 Recursos avaliativos



As atividades serão definidas nos planos de ensino de cada módulo, a ser descrito por cada docente. Alguns exemplos de atividades que poderão ser adotadas são: atividades avaliativas individuais e em grupos, seminário, avaliação dissertativa, trabalho de conclusão de curso.

X. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Além da avaliação da aprendizagem do aluno, efetuada por meio de exercícios de fixação, leituras e atividades complementares – avaliação formativa e avaliação final – somativa, pretende-se efetuar uma avaliação global, de modo a envolver todos os componentes do ensino que contribuem para a qualidade do processo ensino e aprendizagem. Desse modo, o aluno avaliará o material didático disponível, bem como a própria sistemática de avaliação empregada. Pretende-se ainda, futuramente, incluir a avaliação dos egressos dos cursos realizados, sua inserção no mercado de trabalho e sua atuação no campo profissional. Com tal sistemática de avaliação, vislumbra-se manter constante o fluxo de informações, permitindo aperfeiçoar o ensino ministrado e primar por sua qualidade. A avaliação, neste curso, está voltada para aspectos qualitativos e quantitativos do desempenho do aluno e do curso em geral. A avaliação do rendimento do aluno para fins de promoção, certificação ou diplomação, realizar-se-á no processo por meio de exames presenciais, segundo procedimentos e critérios definidos no projeto. Como se trata de um curso de Pós-Graduação lato sensu e Aprimoramento, pelo seu caráter diferenciado, será acompanhado e avaliado em todos os seus aspectos, de forma sistemática, contínua e abrangente.

10.1 Avaliação da Aprendizagem do Discente

A avaliação da aprendizagem é considerada parte integrante do processo de ensino. O Curso de Especialização e Aperfeiçoamento em Educação Especial e Inclusiva propõe a adoção de um processo avaliativo ao longo do curso, de modo a permitir a reflexão-ação-reflexão da aprendizagem e a apropriação do conhecimento, resgatando suas dimensões diagnóstica, formativa e processual.

Diferentes instrumentos de avaliação poderão ser utilizados, tais como exercícios, provas, testes, experimentos, estudos de caso, e questionários, a depender do edital específico da oferta do curso e da natureza da disciplina. O edital específico de oferta também estabelecerá diretrizes para o Trabalho de Conclusão do Curso, o qual será avaliado em termos de apresentação formal e de conteúdo. O discente contará com a orientação de um



professor da área que corresponde ao tema por ele escolhido. É importante ressaltar que os trabalhos aprovados serão selecionados para possível publicação em livro ou periódicos da área, com renomada indexação e divulgados em um Seminário de encerramento interdisciplinar.

Em conformidade com o estabelecido pela Resolução ConsEPE nº 147, que define os coeficientes de desempenho utilizados nos cursos de graduação da UFABC, a avaliação final dos alunos nas disciplinas será feita mediante o uso de conceitos, conforme disponibilizado na Tabela 1. Serão adotados os conceitos A, B e C como aprovados, F reprovado e O reprovado por falta.

Tabela 1. Conceitos utilizados na avaliação de desempenho dos alunos (Resolução ConsEPE nº 147/2013)

Conceito	Desempenho
A	Desempenho excepcional, demonstrando excelente compreensão da disciplina e do uso da matéria.
B	Bom desempenho, demonstrando capacidade boa de uso dos conceitos da disciplina.
C	Desempenho mínimo satisfatório, demonstrando capacidade de uso adequado dos conceitos da disciplina e habilidade para enfrentar problemas relativamente simples e capacidade adequada para seguir adiante em estudos mais avançados.
F	Reprovado. A disciplina deve ser cursada novamente para a obtenção de crédito.
O	Reprovado por falta. A disciplina deve ser cursada novamente para a obtenção de crédito.

A avaliação acontecerá ao longo do curso, de modo a permitir a reflexão-ação-reflexão da aprendizagem e a apropriação do conhecimento, resgatando suas dimensões diagnóstica, formativa e processual. Os instrumentos de avaliação poderão ser tantos quantos forem necessários, utilizando-se para isso exercícios, provas, testes, experimentos, estudos de caso, e questionários, a depender do edital específico da oferta do curso.

O trabalho final do curso será definido pelo edital específico de oferta. Ele será avaliado em termos de conteúdo e de apresentação formal. O discente contará com a orientação de um professor da área que corresponde ao tema por ele escolhido. É importante ressaltar que os trabalhos aprovados serão selecionados para possível publicação em livro ou periódicos da área, com renomada indexação e divulgados em um Seminário de encerramento interdisciplinar.



XI. CERTIFICAÇÃO

O discente fará jus ao Certificado do Curso de Especialização em Educação Especial e Inclusiva reconhecido pelo MEC, emitido pela Universidade Federal do ABC, se totalizar 410 horas de curso, com aprovação em cada módulo dos três eixos, além de ser aprovado no Trabalho de Conclusão de Curso. Cabe à instituição proponente, UFABC, expedir os certificados.

Aos cursistas que não alcançarem tal meta, mas cumprirem no mínimo 24 horas (equivalente a um módulo), será conferido um certificado de curso de extensão. Aos cursistas que cumprirem carga horária acima de 180 horas será conferido um certificado de Aperfeiçoamento em Educação Especial e Inclusiva. Nos dois casos, os critérios para a expedição dos certificados serão definidos para cada oferta.

XII. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A Tabela 2 mostra a organização dos eixos, módulos e respectivas cargas horárias.

Tabela 2. Organização dos eixos, módulos e carga horária

Eixo	Módulo	Descrição	Carga horária
Pré-módulo: preparo para uso do ambiente digital			10 horas
Eixo 1: Módulos teóricos (120 horas)	1	Fundamentos históricos, filosóficos e pedagógicos da Educação Especial e Inclusiva	24 horas
	2	Aspectos Biológicos, Psicológicos e Sociais na Educação Especial e Inclusiva: intervenção precoce	24 horas
	3	Políticas Afirmativas: governamental e não governamental	24 horas
	4	Diversidade e Multiculturalismo	24 horas
	5	Neurociências da Linguagem	24 horas
Eixo 2: Módulos específicos (120 horas)	6	Teorias da Aprendizagem 1 – Público da educação inclusiva / Transtornos Específicos da Aprendizagem (dislexia, disgrafia, discalculia)	24 horas
	7	Teorias da Aprendizagem 2 – Deficiência intelectual e Transtornos Globais do Desenvolvimento (Transtorno do Espectro do Autismo – TEA)	24 horas
	8	Teorias da Aprendizagem 3 – Surdez e Surdocegueira	24 horas
	9	Teorias da Aprendizagem 4 – Deficiência Visual e Cegueira	24 horas
	10	Teorias da Aprendizagem 5 – Deficiência Física, deficiência múltipla e Altas habilidades/Superdotação	24 horas
práticos-pedagógicos (160 horas)	11	Tecnologias Assistivas, acessibilidade, comunicação alternativa e desenho universal	24 horas
	12	Noções de Libras, Braille, Guia-Vidente	24 horas
	13	Adequações Metodológicas e Curriculares	24 horas
	14	Didática de Ensino na Educação Especial e Inclusiva	24 horas
	15	Projetos Pedagógicos Acessíveis	24 horas

	16	Metodologia da Pesquisa Científica	30 horas
	17	Trabalho de Conclusão de Curso	05 horas
	18	Estágio Curricular	05 horas

Os conteúdos programáticos, assim como as ementas de cada módulo, estão disponíveis no Apêndice A.

XIII. CRONOGRAMA DE OFERTA DO CURSO

A carga horária total é de 410 horas, que serão distribuídas ao longo de 18 meses.

XIV. BIBLIOGRAFIAS BÁSICAS

BENITEZ, P.; DOMENICONI, C. Inclusão Escolar: o Papel dos Agentes Educacionais Brasileiros. *Psicologia: ciência e profissão*, v. 35, n. 4, p. 1007-1023, 2015.

BRASIL. Congresso Nacional. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB n.º 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, 23 de dezembro de 1996.

BRASIL. *Decreto nº 3.956*, de oito de outubro de 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm Acesso em 14 set 2017.

BRASIL. *Decreto nº 5296*, de dois de dezembro de 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm#art70 Acesso em 02 jun 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Saberes e práticas da inclusão: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com altas habilidades/superdotação*. 2. ed. Brasília: MEC, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva*. 2008. Acesso em: 10 maio, 2012. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>>

BRASIL. *Lei 13.005, de 25 de junho de 2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. 2014. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/4-educacao-especial-inclusiva>>. Acesso em: 13 de mar. de 2018.

BRASIL. *Lei Brasileira de Inclusão – LBI*. 2016. Acesso em: 21 mar 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm

BUENO, J. G. S. A inclusão escolar de alunos deficientes em classes comuns do ensino regular. *Revista Temas sobre o Desenvolvimento*, v. 9, n. 54, 2001.

CARVALHO, R. E. *A nova LDB e a educação especial*. 2. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1998.

DAMÁZIO, M. F. M. *Atendimento educacional especializado – pessoa com surdez*. SEESP, SEED: MEC, 2007.



GOFFMAN, E. *Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

JANUZZI, G. M. *A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI*. Campinas: Autores Associados, 2004.

KASSAR, M. C. M. Percursos da constituição de uma política brasileira de educação especial inclusiva. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 17, n. spe1, p. 41-58, 2011.

MANTOAN, M. T. E. *Inclusão escolar: o que é? por quê? Como fazer?* 2. ed. São Paulo: Moderna, 2005.

MAZZOTTA, M. J. S. *Educação Especial no Brasil. História e Políticas públicas*. 5. Ed. São Paulo; Ed.: Cortez, 2005.

MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, v. 11, n.º 33, set. / dez. 2006

MENDES, E. G.; ALMEIDA, M A.; TOYODA, C. Y. Inclusão escolar pela via da colaboração entre educação especial e educação regular. *Educ. rev.*, v. 41, p. 80-93, 2011.

MILANEZ, S. G. C.; OLIVEIRA, A. G. S.; MISQUIATI, A. R. N. *Atendimento educacional especializado para alunos com deficiência intelectual e transtornos globais de desenvolvimento*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

PLETSCH, Márcia Denise. A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas. *Educar em revista*, Curitiba, n. 33, p. 143-156, 2009.

RODRIGUES, David (Org.). Inclusão e educação: doze olhares sobre educação inclusiva. _____. *Dez ideias (mal) feitas sobre a educação inclusiva*. São Paulo: Summus, 2006.

OMOTE, S. Normalização, integração, inclusão. *Ponto de Vista*, v. 1, n. 1, p. 4-13, 1999.

OMOTE, S. *Inclusão: intenção e realidade*. Marília: Fundepe, 2004.

PIMENTA, S. G. *Saberes Pedagógicos e Atividades Docentes*. São Paulo: Cortez, 1999.

SÁ, E. D.; CAMPOS, I. M.; SILVA, M. B. C. *Atendimento educacional especializado: deficiência visual*. SEED, MEC: Brasília, 2007.

SAVIANI, D. *Escola e democracia*. 32. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

SCHIMER, C. R.; BROWNING, N.; BERSCH, R.; MACEDO, R. *Atendimento educacional especializado: deficiência física*. SEED, MEC: Brasília, 2007.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. *Inclusão: um guia para educadores*. Trad. Magda Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.



UNESCO. (1994). *Declaração de Salamanca e linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais*. Salamanca: Espanha.

UNESCO. (1990). *Declaração Mundial sobre Educação para Todos*: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Acesso em: 10 fev. 2016. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>



APÊNDICE A CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS E EMENTAS DE CADA MÓDULO

Pré-módulo: preparo para uso do ambiente digital (10 horas)

- Noções básicas sobre o ambiente digital para uso durante o curso, tanto na oferta presencial, como semipresencial. Os objetivos específicos do referido módulo serão definidos, de acordo com o edital da oferta.

Bibliografia

ASSOCIAÇÃO Brasileira de normas técnicas. *Normas da ABNT*. Disponível em: <http://www.tccmonografiaseartigos.com.br/regras-normas-formatacao-tcc-monografias-artigos-abnt>. Acesso em: 23/02/2017.

Eixo 1: Módulos teóricos (120 horas)

Módulo 1: Fundamentos históricos, filosóficos e pedagógicos da Educação Especial e Inclusiva (24 horas)

- Perspectivas históricas e conceituais da Educação Especial e Inclusiva.
- Pressupostos sociais, educacionais e políticos da Educação Especial e Inclusiva.
- Conceituação da Educação Inclusiva e da Educação Especial, do Ensino inclusivo e da Inclusão Social.
- Inclusão, sociedade, família e escola.

Bibliografia

BRASIL. Congresso Nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, 23 de dezembro de 1996.

BRASIL. Congresso Nacional. Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Acesso em: 01/03/2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm

GOFFMAN, E. Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

JANUZZI, G. M. A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas: Autores Associados, 2004.

MAZZOTTA MJS. Deficiência, educação escolar e necessidades especiais: reflexões sobre inclusão socioeducacional. São Paulo: Editora Mackenzie, 2002.

OMOTE, S. Inclusão: intenção e realidade. Marília: Fundepe, 2004.

RODRIGUES, David (Org.). Inclusão e educação: doze olhares sobre educação inclusiva. _____. Dez ideias (mal) feitas sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.

STAINBACK S, STAINBACK W. Inclusão: um guia para educadores. Trad. Magda Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

UNESCO. Declaração de Salamanca e linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Salamanca: Espanha, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> Acesso em 01/03/2018

UNESCO. Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. 1990. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf> Acesso em 01/03/2018.

Módulo 2: Aspectos Biológicos e Psicológicos na Educação Especial e Inclusiva: intervenção precoce (24 horas)

- O processo de construção social da deficiência
- Aspectos do desenvolvimento infantil e implicações educacionais
- Perfil dos alunos da educação inclusiva e do público-alvo da educação especial e suas características linguísticas e biopsicossociais
- Intervenção precoce: princípios, caracterizações, procedimentos de ensino

Bibliografia

COLL, César; MARCHESI, Á.; PALÁCIOS, J. (Org.). Desenvolvimento psicológico e educação v. 3: Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

GLAT, Rosana; PLETSCH, Marcia Denise. Inclusão Escolar de alunos com necessidades especiais. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

MENDES, E. G.. INCLUSÃO MARCO ZERO - começando pelas creches. 2^a. ed. Araraquara: Junqueira&Marin Editores, 2013. v. 1.

STAINBACK S, STAINBACK W. Inclusão: um guia para educadores. Trad. Magda Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

WILLIAMS, L .C. A; AIELLO, A. L. R. *O Inventário Portage Operacionalizado: intervenção com famílias*. São Paulo: Memnon, 2001.

Módulo 3: Políticas Afirmativas: governamental e não governamental (24 horas)

- Políticas Públicas de Educação no cenário internacional e nacional
- Equidade, igualdade, desigualdade social: ações afirmativas
- Marcos legais referentes ao enfrentamento ao racismo e promoção da igualdade racial
- Pluralidade étnico-racial

Bibliografia

BRASIL. Congresso Nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, 23 de dezembro de 1996.

BRASIL. Congresso Nacional. Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Acesso em: 01/03/2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm

BRASIL. Ministério da Justiça. Programa Nacional de Direitos Humanos. Brasília, 1996.

CAPPELLIN, P. Ações afirmativas: uma estratégia para corrigir as desigualdades entre homens e mulheres. In: CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA.: Discriminação positiva, ação afirmativa: em busca da igualdade. Brasília: CFEMEA, p.13-31, 1995.

DINIZ, D. Deficiência e Políticas Sociais - entrevista com Colin Barnes. SER Social, Brasília, v. 15, n. 32, p. 237-251, jan./jun. 2013. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/9514/0>.

GOFFMAN, E. Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

GOMES, Nilma Lino (Org.) ; SILVA, P. B. G. (Org.) . Experiências étnico-culturais para a formação de professores. 3a.. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. 116p

GUIMARÃES, A. S. A. A Desigualdade que anula a desigualdade: notas sobre a ação afirmativa no Brasil. In: SOUZA, J. (org.). Multiculturalismo e racismo: uma comparação BrasilEstados Unidos. Brasília: Paralelo 15, 1997, p.233-242.

SANTOS, S. A. Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas. Brasília: Ministério da Educação : UNESCO, 2005.

SILVA, P. B. G.; MORAIS, D. S. (Org.). Ações Afirmativas - Perspectivas de pesquisas de estudantes da reserva de vagas. 1a.. ed. São Carlos: UdUFSCar - Editora da Universidade Federal de São Carlos, 2015. v. 1. 273p

UNESCO. Declaração de Salamanca e linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Salamanca: Espanha, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> Acesso em 01/03/2018

UNESCO. Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. 1990. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf> Acesso em 01/03/2018.

Módulo 4: Diversidade e Multiculturalismo (24 horas)

- Compreender o lugar político da cultura, discutindo os desdobramentos teóricos e políticos recentes do conceito de cultura, a partir da relação central entre identidades e diferenças; o alcance e os limites do multiculturalismo enquanto política centrada na diversidade e seus embates, tanto com a universalidade dos direitos de cidadania e da escolarização.
- Conhecer e desenvolver os processos subjetivos e coletivos que caracterizam o reconhecimento identitário de diferentes grupos levando-se em conta aspectos como a diversidade, a memória e a afirmação de processos histórico-culturais, bem como raça e etnia; gênero e sexualidades; migrações e territorialidades; estudos dos fundamentos do multiculturalismo e das políticas multiculturais; cidadania, direitos de grupo e direitos universais; identidades nacionais; políticas e cultura política; teorias de reconhecimento e deficiências.

Bibliografia

CARMEN, A., SANTOS. A. R. dos, Educação Multicultural – Teoria e Prática para Professores e Gestores da Educação. Editora: Ciência Moderna. 2009

MOREIRA, A. F., CANDAU, V. M. (orgs). Multiculturalismo Diferenças Culturais e Práticas Pedagógica. 2ª edição - Petrópolis, RJ. Editora Vozes. 2008.

MANTOAN, M. T. E. O Desafio das Diferenças nas Escolas. 2ª Edição. Petrópolis, RJ. Editora Vozes. - 2009

Módulo 5: Neurociências da Linguagem (24 horas)

- Estudar a perspectiva histórica dos estudos em Neurociência da Linguagem.
- Fundamentos neurobiológicos da linguagem.
- Neurociências como processamento e aquisição da linguagem.
- Aquisição de L1 (primeira língua) e L2 (segunda língua).
- A natureza da relação entre cérebro, sintaxe e percepção.
- Sistema nervoso e suas relações com a gramática.
- Neurociências e distúrbios/patologias de linguagem.
- Estruturas cerebrais implicadas na linguagem: afasias, agraphias, acalculias e distúrbios relacionados às disfasias, dislexias, disgralias, disgrafias e discalculias.
- Alteração da linguagem e da comunicação no desenvolvimento escolar.
- Avaliação da atividade linguística e comunicativa, os mecanismos de recuperação e reabilitação da linguagem.

Bibliografia

CONSENZA, R. M., GUERRA, L. B. Neurociência e Educação - Como o Cérebro Aprende. Artmed. Porto Alegre. 2011.

NEWRA T. R, LYGIA O., RUDIMAR dos S. R., Transtornos da Aprendizagem: Abordagem Neurobiológica e Multidisciplinar, Grupo A Educação. São Paulo. 2015.

RELVAS, M. P. Neurociência e Transtornos de Aprendizagem - As Múltiplas Eficiências para uma Educação Inclusiva. Wak Editora. 6ª edição. Rio de Janeiro. 2015.

Eixo 2: Módulos específicos (120 horas)

Módulo 6: Teorias da Aprendizagem 1 – Público da educação inclusiva / Transtornos Específicos da Aprendizagem (dislexia, disgrafia, discalculia) (24 horas)

- Conceitos e definições sobre aprendizagem: transtornos específicos de aprendizagem
- Caracterização do público da educação inclusiva, de acordo com os princípios normativos definidos pela Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994).
- Teorias e práticas pedagógicas

Bibliografia

APA. Associação Americana de Psiquiatria. (2013). *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais – texto revisado.* (5a. ed.) Porto Alegre, RS: Artes Médicas.



UNESCO. Declaração de Salamanca e linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Salamanca: Espanha, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> Acesso em 01/03/2018

UNESCO. Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. 1990. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf> Acesso em 01/03/2018.

Módulo 7: Teorias da Aprendizagem 2 – Deficiência intelectual e Transtornos Globais do Desenvolvimento (Transtorno do Espectro do Autismo – TEA) (24 horas)

- Deficiência intelectual: comportamentos definidores, principais características, causas incidências e diagnóstico diferencial entre deficiência intelectual, doença mental e transtornos específicos da aprendizagem
- Transtornos Globais do Desenvolvimento: definições das políticas educacionais
- Transtorno do Espectro do Autismo: definições dos manuais de saúde, causas incidências
- Atendimento educacional especializado para estudantes com deficiência intelectual
- Atendimento educacional especializado para estudantes com TGD
- Teorias e práticas pedagógicas

Bibliografia

APA. Associação Americana de Psiquiatria. (2013). *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais – texto revisado*. (5a. ed.) Porto Alegre, RS: Artes Médicas.

CAIADO, K. R. G.; BAPTISTA, C. R.; JESUS, D. M. Deficiência mental e deficiência intelectual em debate. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017.

COLL, César; MARCHESI, Á.; PALÁCIOS, J. (Org.). Desenvolvimento psicológico e educação v. 3: Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

JANUZZI, G. M. A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas: Autores Associados, 2004.

MILANEZ, S. G. C.; OLIVEIRA, A. G. S.; MISQUIATI, A. R. N. *Atendimento educacional especializado para alunos com deficiência intelectual e transtornos globais de desenvolvimento*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

Módulo 8: Teorias da Aprendizagem 3 – Surdez e Surdocegueira (24 horas)

- Comportamentos definidores, causas e incidências da surdez e da surdocegueira
- Atendimento educacional especializado para estudantes com surdez
- Ensino de Libras para estudantes surdos
- Teorias e práticas pedagógicas para surdocegueira: adequações visuais, auditivas e tátteis

Bibliografia

BRASIL. Lei 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências.



_____. Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

DAMÁZIO, M. F. M. *Atendimento educacional especializado – pessoa com surdez*. SEESP, SEED: MEC, 2007.

SKLIAR, C.(Org.), Atualidade da educação bilíngüe para surdos. Porto Alegre: Mediação, 1999.

LACERDA, C. B. F.; SANTOS, L. F. Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução à Libras e educação de surdos. São Paulo: EdUFSCar, 2013.

Módulo 9: Teorias da Aprendizagem 4 – Deficiência Visual e Cegueira (24 horas)

- Comportamentos definidores, causas e incidências da deficiência visual e cegueira
- Características da baixa visão: campo visual, acuidade visual, avaliação funcional da visão.
- Cegueira congênita e adquirida
- Formação de conceitos e construção de conhecimentos
- Atendimento educacional especializado para estudantes com deficiência visual
- Teorias e práticas pedagógicas: recursos de acessibilidade e de tecnologia da informação e comunicação, produção de material.

Bibliografia

BRUNO, Marilda Moraes Garcia. *Deficiência visual: reflexão sobre a prática pedagógica*. São Paulo: Laramara, 1997.

SÁ, E. D.; CAMPOS, I. M.; SILVA, M. B. C. *Atendimento educacional especializado: deficiência visual*. SEED, MEC: Brasília, 2007.

Módulo 10: Teorias da Aprendizagem 5 – Deficiência Física, deficiência múltipla, altas habilidades/superdotação (24 horas)

- Comportamentos definidores, causas e incidências da deficiência física e da deficiência múltipla
- Atendimento educacional especializado para estudantes com deficiência física
- Teorias e práticas Comportamentos definidores das altas habilidades/superdotação: inteligências múltiplas, precocidade, talento, criatividade, genialidade.
- Atendimento educacional especializado para estudantes com altas habilidades/superdotação
- Teorias e práticas pedagógicas: procedimentos didáticos, organização, enriquecimento e aprofundamento curricular
- pedagógicas: necessidades específicas do estudante com deficiência física e deficiência múltipla
- Deslocamento em trajetos curtos e longos, mobilidade

Bibliografia

BRASIL. Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências.

Brasil. (2016). *Lei Brasileira de Inclusão – LBI*. Acesso em: 21 mar 2017. Recuperado em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm

LACERDA, C. B. F. e GÓES, M. C. R. de. Surdez: processos educativos e subjetividade. São Paulo: Editora Lovise, 2000.

BRASIL. Coordenação geral SEEESP/MEC. Saberes e práticas da inclusão: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com altas habilidades/superdotação. 2. ed. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

SCHIMER, C. R.; BROWNING, N.; BERSCH, R.; MACEDO, R. *Atendimento educacional especializado: deficiência física*. SEED, MEC: Brasília, 2007.

Eixo 3: Módulos práticos-pedagógicos (160 horas)

Módulo 11: Tecnologias Assistivas, acessibilidade, comunicação alternativa e aumentativa (CAA) e desenho universal (24 horas)

- Acessibilidade: conceitos, diretrizes legais, barreiras
- Tecnologia assistiva: definição, objetivos, características, informática na Educação Especial e a mediação pedagógica, recursos em hardware (mouses, teclados, impressoras especiais, acionadores e dispositivos especiais, monitor tátil, teclados de conceitos, vocalizadores), recursos em softwares (simuladores de mouses e teclados; teclados virtuais; leitores e ampliadores de tela; áudio livros; livros digitais).
- Comunicação alternativa e aumentativa: indicações, tipos (comunicação gestual/corporal; oral/fala, gráfica, tecnológica, formas de recursos, sistemas simbólicos automatizados)
- Desenho universal: definição e princípios

Bibliografia

BERSCH, Rita. Introdução à Tecnologia Assistiva. Porto Alegre: CEDI, 2008. Disponível em:http://200.145.183.230/TA/4ed/material_apoio/modulo2/M2S1A5_introducao_TA_Rita_Bersch.pdf. Acesso em 16 de abril de 2012.

BRASIL. *Lei Brasileira de Inclusão – LBI*. 2016. Acesso em: 21 mar 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva*. 2008. Acesso em: 10 maio, 2012. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>>

Módulo 12: Noções de Libras, Braille, Guia-Vidente (24 horas)

- Ensino de Libras como primeira língua (L1) e língua portuguesa como segunda língua (L2) na modalidade escrita: perspectiva bilingue
- Introdução ao sistema de escrita e leitura Braille e noções básicas de Sorobã
- Guia-vidente: principais técnicas

Bibliografia

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Grafia Braille para a Língua Portuguesa*. 2. edição. Brasília: MEC, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Normas Técnicas para a Produção de Textos em Braille*. 2. edição. Brasília: MEC, 2006.

Módulo 13: Adequações Metodológicas e Curriculares (24 horas)

- Currículo Funcional/Natural em Educação Especial e a Análise da tarefa
- Análise de Escalas de Desenvolvimento
- Flexibilização e adequações curriculares para o público-alvo da educação especial
- Planejamento de Ensino Individualizado (PEI).

Bibliografia

MENDES, E. G. Inclusão marco zero: começando pelas creches. 2^a. ed. Araraquara: Junqueira&Marin Editores, 2013.

STAINBACK S, STAINBACK W. Inclusão: um guia para educadores. Trad. Magda Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

TANNUS-VALADÃO, G. Inclusão escolar e planejamento educacional individualizado: avaliação de um programa de formação continuada para educadores. Tese (Doutorado em Educação Especial) - Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos-SP, 2013.

Módulo 14: Didática de Ensino na Educação Especial e Inclusiva (24 horas)

- Ensino colaborativo (ou coensino).
- Formação e atuação docente para diferentes contextos educacionais.
- Sala de recursos multifuncionais e o atendimento educacional especializado
- Práticas escolares inclusivas

Bibliografia

CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho; MENDES, Enicéia Gonçalves. O ensino colaborativo favorecendo o desenvolvimento profissional para a educação inclusiva. Educere et Educere, Unioeste, Campus Cascavel, Vol. 2 no 4 jul./dez. 2007 p. 113-128.

MAZZOTA Marcos José Silveira. Trabalho docente e formação de professores de Educação Especial. São Paulo: EPU, 1993.

MALHEIRO, C.A.L.; MENDES, E. *Sala de recursos multifuncionais*: formação, organização e avaliação. 1. ed. São Paulo: Paco Editorial, 2017.

MENDES, E. G.; VILARONGA, C. A.; ZERBATO, A. P. Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar. São Carlos: EDUFSCar, 2014.

MENDES, E. G.; ALMEIDA, M A.; TOYODA, C. Y. Inclusão escolar pela via da colaboração entre educação especial e educação regular. *Educ. rev.*, v. 41, p. 80-93, 2011.

PIMENTA SG. Saberes Pedagógicos e Atividades Docentes. São Paulo: Cortez, 1999.

PLETSCH, Márcia Denisse. A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas. *Educar em revista*, Curitiba, n. 33, p. 143-156, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602009000100010>. Acesso em: 2 fev. 2017.



STAINBACK S, STAINBACK W. Inclusão: um guia para educadores. Trad. Magda Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

Módulo 15: Projetos Pedagógicos Acessíveis (24 horas)

- Público-alvo da educação especial na educação básica: questões de currículo e gestão escolar.
- A educação especial, o ensino regular e o atendimento educacional especializado a partir da política nacional de educação inclusiva e os projetos políticos pedagógicos.
- Avaliação educacional na Educação Especial com a perspectiva da Educação Inclusiva

Bibliografia

MENDES, E. G.; CIA, F.; CABRAL, L . S. A. (Org.) . Inclusão Escolar e os Desafios para a Formação de Professores em Educação Especial. 1. ed. São Carlos: Marquezine & Manzine, 2015. v. 3. 530p .

STAINBACK S, STAINBACK W. Inclusão: um guia para educadores. Trad. Magda Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

Módulo 16: Metodologia da Pesquisa Científica, Trabalho de Conclusão de Curso e Estágio Curricular (40 horas)

- Elaboração de proposta de projeto de TCC em Educação Especial e Inclusiva
- Orientação dos elementos do TCC.
- Discussão de possibilidades de aplicação no ambiente escolar/ profissional.
- Elaboração do TCC.
- Apresentação pública do TCC.

Bibliografia

ASSOCIAÇÃO Brasileira de normas técnicas. *Normas da ABNT*. Disponível em: <http://www.tccmonografiaseartigos.com.br/regras-normas-formatacao-tcc-monografias-artigos-abnt>. Acesso em: 23/02/2017.

BRASIL. *Lei Brasileira de Inclusão – LBI*. 2016. Acesso em: 21 mar 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm